

ISSN 2525-6904



ENTREVISTAS

Mestiçagem

Uma categoria teórico-política para os feminismos latino-americanos – entrevista com María Luisa Femenías

Morgani GUZZO, *Universidade Federal de Santa Catarina*

Inara FONSECA, *Universidade Federal de Mato Grosso*



(((AUDIODESCRIÇÃO)))

#PraCegoVer: A foto apresenta três mulheres sorrindo. A primeira da esquerda é Morgani Guzzo, que veste a camiseta rosa do 13º Congresso Mundos de Mulheres e Seminário Internacional Fazendo Gênero 11. No centro está a filósofa argentina María Luisa Femenías, vestindo uma camiseta preta. Ao lado direito da foto está Inara Fonseca, vestindo uma blusa vermelha. Ao fundo, alguns materiais numa estante da Sala de Estudos do PPGICH e a porta aberta da sala mostra o prédio B do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC.

No primeiro quadrimestre de 2007, a filósofa feminista argentina María Luisa Femenías trazia na Revista Estudos Feministas, em seu artigo *Esbozo de un feminismo latinoamericano (2007)*, o seguinte questionamento: existe um feminismo latino-americano? Dez anos depois, encontramos a filósofa no 13º Congresso Mundos de Mulheres & Seminário Internacional Fazendo Gênero 11, que aconteceu na Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis, entre os dias 30 de julho e 04 de agosto de 2017.

Em meio às diversas atividades do evento, María Luisa Femenías aceitou conversar conosco sobre a atualidade de seu texto publicado em 2007, a importância de um pensamento e ação localizados e os desafios dos movimentos e das teorias feministas frente ao contexto de crise econômica e avanço de valores conservadores, principalmente nos países latino-americanos e caribenhos na contemporaneidade. Na conversa, Femenías retoma a potência da categoria mestiçagem como recurso teórico-político de coalisão entre as mulheres num momento em que a defesa dos processos democráticos exige, mais do que outrora, a união. A filósofa também tratou sobre a importância dos saberes situados na construção de teorias feministas ancoradas nas múltiplas realidades. Além disso, falou das dificuldades de circulação das teorias feministas e dos estudos de gênero produzidos em contextos “do Sul” onde, pela geopolítica do conhecimento, estes campos e saberes ainda são subalternizados.

María Luisa Femenías é uma das pensadoras mais relevantes da área de estudos de gênero na América Latina. Doutora em Filosofia pela Universidad Complutense de Madrid. Atualmente é diretora do Centro Interdisciplinario de Investigaciones en Género (CInIG) da Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación da Universidad Nacional de La Plata. É professora de Antropologia Filosófica na Universidad Nacional de La Plata e de Fundamento da Filosofia na Universidad de Buenos Aires. Entre suas obras mais importantes estão: “Judith Butler, introducción a su lectura” (2003), “Feminismos de Paris a La Plata” (2006) e “Perfiles del feminismo ibero-americano” (2002, 2005 e 2007).

Pergunta: Em 2007, você publicou na Revista Estudos Feministas o artigo Esboço de um Feminismo Latino-Americano no qual havia algumas ideias em construção do que seria “o” ou “um”

feminismo para o nosso continente. Agora, passados 10 anos, é possível identificar se há um projeto de feminismo latino-americano?

María Luísa Femenías (MLF): É muito difícil pensar num projeto de feminismo de toda a América Latina. Creio que ainda há tentativas fortes e sólidas de construir feminismos dentro dos distintos países. Há países que são muitos grandes, como o México, como o Brasil, onde as realidades dentro dos países são muito diferentes. Conciliar, inclusive, as agendas feministas dentro do país já é muito difícil, e é ainda mais unir agendas de distintos países. Temos o México com uma situação, a América Central com uma situação muito diferente e, neste momento, a Venezuela com uma situação mais diferente ainda. Por isso, é muito difícil construir uma agenda comum. O que acredito é em uma tomada de consciência de que é necessário situar toda informação, todo conhecimento, toda teoria ancorada nas realidades nacionais e regionais, isso sim é muito importante. Ou seja, não se pode importar uma teoria de um país hegemônico, seja europeu, seja Estados Unidos, anglófono, francófono ou qualquer um, sem trazê-lo para a realidade pontual que cada região tem - porque inclusive não me atreveria a dizer cada país, mas cada região. A situação, por exemplo, de Buenos Aires é muito diferente do norte da Argentina, onde há uma influência e uma tradição andina que não há em Buenos Aires. Há, então, uma necessidade de significar essas agendas, com uma ancoragem que poderia se dizer quase *in situ*, nas realidades e necessidades das mulheres de cada região, inclusive considerando a forma em que elas têm sido socializadas e conscientizadas. Por isso é difícil que haja uma agenda comum. O que, sim, acredito que há em comum é a consciência de que é necessário situar os conhecimentos, situar as necessidades e, a partir daí, reclamar políticas públicas que atendam essas diversas realidades e que atendam, sobretudo, as vozes das mulheres. Não que venha alguém e diga “as mulheres necessitam”, mas que haja uma voz que diga “nós necessitamos”, que é muito diferente, é o deslocamento para um sujeito ativo.

Pergunta: Nessa perspectiva da dificuldade de unir as agendas, você enxerga que poderia haver algo ou alguma coisa que uniria essas distintas realidades?

MLF: Sim. Eu acredito que o que une é o reconhecimento da diversidade de necessidades e da necessidade de apoiar-se mutuamente. De reconhecer as situações de fato, como se dão, quais são as necessidades que as mulheres reconhecem a partir de suas consciências de gênero, de classe, de sua consciência social. E da necessidade de serem proativas na resolução dessas necessidades. Quer dizer que não admitam serem situadas (não quero dizer como sujeitos passivos, porque seria uma contradição nos termos) em um lugar passivo ou quase invisível. Que as mulheres sejam ativas, sejam o motor das mudanças que necessitam. E que nós nos acompanhemos mutuamente, mas sem sobrepor agendas. Não podemos aceitar, por exemplo, que nós, mulheres da cidade, levemos agendas para as mulheres de outras realidades regionais. Eu posso dizer o que li, mas como se deve implementar, como fazer suas próprias transformações, como incorporar e modificar as questões para suas próprias realidades, isso tem que ser feito por cada grupo de mulheres. Obviamente, o intercâmbio de informação teórica e empírica é fortemente necessário, porque é o que nos enriquece e nos une. É importante permitir que circulem as teorias e o saber das necessidades das outras, pois quando eu sei da necessidade das outras, tomo consciência, também, das minhas próprias necessidades. O que eu considero é que não devemos nem propor, nem aceitar que haja uma voz única que se nomeie a personificação das necessidades das outras. Eu creio que as vozes têm que se diversificar para dar contas das distintas necessidades e que o diálogo constante é fundamental. Eu faço teoria, eu faço filosofia. Há realidades que uma socióloga ou uma antropóloga ou as mulheres envolvidas no tema sabem muito mais que eu. Eu posso trazer uma ideia, seja porque a pensei ou a li, mas a construção *in situ* dessas questões implica um enriquecimento de um saber situado que são as mulheres que o tem que construir, e geralmente o constroem em conjunto. Ou seja, esses tipos de saberes se constroem coletivamente.

Pergunta: Pensando nas agendas e nos saberes localizados, é possível pensar os movimentos feministas historicamente a partir da definição de “ondas”? Você concorda com essa divisão?

MLF: As “ondas” têm um ponto no qual surgem e vão navegando, transitando e evidentemente os tempos são distintos. Eu vou dar dois exemplos, da Argentina que é o que mais conheço, mas

extensivos a maior parte da América Latina. A mim, pessoalmente, me incomoda quando as pessoas dizem que até a década de 1930, 1940 as mulheres não podiam ir para a Universidade. Em que países?, é a pergunta. Onde? Porque na América Latina, na maior parte dos países (estou pensando Argentina, Uruguai, Venezuela, Colômbia) leis do final do século XIX, ou no início do século XX, mas principalmente do século XIX, admitiam o ingresso de todas as pessoas. E todas as pessoas incluíam mulheres. Que depois tivessem as vidas tornadas impossíveis ou que as tenham dito “você valem menos por serem mulheres” ou “você podem estudar menos”, é outra questão. Mas, do ponto de vista legal, tinham direito a entrar - ainda que tivessem um caráter muito especial para poder entrar, mas podiam. Isto não é o mesmo que em muitos países europeus, que tinham isso proibido. São duas situações distintas. Então, não podemos deslocar as conquistas de certas “ondas”, de certos feminismos de países, digamos, hegemônicos à América Latina. Quando me falam da segunda e da terceira onda, nós estávamos em ditadura, de forma que nem nos inteiramos que havia uma “onda” porque nossos problemas eram outros. Nossos problemas, para mulheres e homens, eram resistir às ditaduras, sobreviver, manter-se medianamente informada na medida em que se podia conseguir alguns livros proibidos que se queria ler. Resistir à vida cotidiana, tratar de recuperar a democracia, isso se passava na Argentina, no Uruguai, no Brasil, no Chile. Quer dizer, as “ondas” são uma sistematização, um referencial, mas tem que ter muito cuidado de que os conteúdos das “ondas” são muito diferentes em distintos lugares do planeta, da mesma maneira que a Austrália e a Nova Zelândia conseguem o voto ao final do século XIX, a Argentina e a França no meio do século XX - não sei quando as mulheres conseguiram o voto no Brasil¹. Mas quero dizer que a primeira onda, a segunda onda e a terceira onda têm características diferentes. Então, para sistematizar, necessito categorizar, mas o primeiro que tenho que saber é se as categorias que emprego se adequam aos meus processos histórico-sociais, se não estou transferindo informação que não me ajuda porque me dá uma visão falsa ou uma imagem falsa do meu próprio passado. Creio que na América Latina é muito importante ter isso em conta, porque a primeira lei citada pelas

1 O direito ao voto no Brasil foi obtido pelas mulheres em 1932, conforme Pinto (2010), após a luta do movimento sufragista. Período caracterizado por algumas historiadoras feministas como a primeira onda do feminismo brasileiro.

Nações Unidas de violência de gênero é a Maria da Penha² e é de origem brasileira. Eu escutei em um congresso, há um par de anos, que “curiosamente a primeira lei foi no Brasil”. Por que “curiosamente”? Isso implica um preconceito de que os países periféricos como os nossos não podem pensar questões que depois chegam às Nações Unidas e são fundamentais. Desmontar esse tipo de concepção prévia me parece fundamental para pensarmos e para pensar. Acredito que isso tem a ver com os desafios teóricos: de vincular aspectos dos conhecimentos empíricos, *in situ* das mulheres, e das teorias para que nos sirvam. Senão usamos teorias que nos confundem.

Pergunta: Para evitar essa confusão, você utiliza a categoria “tradução” como um intercâmbio de informação teórica e empírica. Existe um momento em que a tradução se esgota e é preciso romper com o cânone e criar a partir do local?

MLF: Eu creio na tradução. A tradução é válida, mas sempre quando se tem em conta o contexto de recepção dessas traduções conceituais. Porque se se traduz com a perda da perspectiva histórica e social do lugar a que chegam, eu distorço mais que ajudo a compreender. Essa mudança me parece necessária pela ideia de circulação, um conceito de Claudia de Lima Costa³, que é uma brasileira muito importante nessas teorizações. Os saberes circulam e se há algo que enriquece meu conhecimento, sobre os problemas que temos na Argentina, no Brasil, na América Latina em geral, eu não posso desmerecê-lo, não posso deixar de lado porque vem de tal lugar. O que tenho que ter muito cuidado é como o aplico, como o implemento, como o incorporo, em que teoria. Temos que ter sempre o que os pós-modernos chamam de “estado de suspeita”. Eu creio que nós feministas, como teóricas, temos que ter sempre certo “estado de suspeita”: de onde vêm, quais são suas conotações, que utilidades têm, como que incorporo

2 A Lei no 11.340, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, foi sancionada no Brasil em 07 de agosto de 2006. Conforme Pasinato (2015) a legislação representou simultaneamente um marco político nas lutas pelos direitos das mulheres e um reconhecimento da violência contra as mulheres como problema de políticas públicas. A lei é também um divisor de águas na abordagem jurídica da violência baseada no gênero.

3 Sobre o conceito de tradução das teorias e movimentos feministas, indicamos a leitura de COSTA (2000; 2010; 2012) e COSTA e ALVAZEZ (2013).

ou não incorporo nas situações políticas e sociais concretas, como o repenso, como o instrumentalizo. Isto é, tenho que sempre traduzir criticamente, traduzir e incorporar criticamente, isso eu não posso deixar de fazer nunca, porque senão estou transmitindo de uma maneira dogmática saberes produzidos em outros lugares que podem ter eco nesses lugares (eu não descarto sua validade nisso), mas tenho que saber se são igualmente válidos para nós aqui onde habitamos.

Pergunta: Tenho uma curiosidade. Quando você escreveu “Um esboço de um feminismo latino-americano” havia ali uma proposta de um feminismo latino-americano. Temos outras filósofas que também estão fazendo propostas para a América Latina: o feminismo decolonial, por exemplo. Tem algum diálogo entre as suas propostas e o feminismo decolonial? Há um ponto de encontro? Você consegue enxergar? Ou são grupos distintos?

MFL: Sim, é uma curiosidade muito válida e uma excelente pergunta. Eu encontro pouco diálogo. Ainda me parece que regem algumas limitações. A primeira limitação é a construção de um vocabulário comum e descentrar-nos ou separar-nos do que podem ser certos eixos de poder axiológico, de poder ao nível de conhecimento, que estabelecem agendas temáticas. Creio que há que fazer um espírito crítico mais forte, na minha opinião, e não estaria nada mal, seguindo tua curiosidade, sua sugestão indireta, de que poderíamos estabelecer um diálogo, mas em geral eu não tenho conseguido, não tenho podido estabelecer. A mesa de amanhã parece uma boa oportunidade para distintas teóricas latino-americanas iniciarem o diálogo (referindo-se à mesa em participou do 13^o Mundo de Mulheres & Fazendo Gênero 11). E aqui há vários problemas. Um poderia ser o deslocamento econômico para nos reunirmos, isso nos supera em certa medida. O outro é a falta de circulação dos livros na América Latina. Eu não sei como é isso no Brasil, mas para mim, na Argentina, é mais fácil encomendar na *Amazon* toda uma biblioteca completa dos Estados Unidos, da Inglaterra ou da França, do que encomendar algo que se editou no México ou na Colômbia ou na Venezuela ou no Brasil. E é difícil dialogar quando não se conhece a teoria de outra pessoa, quando não se pode fazer uma leitura com tranquilidade. Ou seja, eu necessito lê-las, anota-las, pensá-las. O diálogo é produtivo quando posso interiorizar-me das outras

teorias e ver o que eu estou de acordo e o que eu não estou de acordo, senão é um diálogo que, em certa medida, se torna fictício, certo? E é muito difícil a circulação da informação. É algo que aí influenciam as políticas editoriais, de importação, de direitos de importação, das universidades (de dar a conhecer a produção de seus professores ou não), que sempre priorizam algumas áreas - e o feminismo não é uma das mais priorizadas quando se mandam livros ao exterior. Inclusive aqui, neste evento, neste e em outros, que se preocupam para que haja bibliografias de outras regiões. É difícil em um país como o Brasil, que é tão grande, estar atualizado com o que se produz no norte, por exemplo, do próprio Brasil. Imagina o que se produz, não sei, na Colômbia, no México, no Equador, na Argentina. Essa é uma dificuldade real: a circulação é muito difícil. E com o Brasil se soma o tema de que é outra língua para nós. Vocês nos leem, nós as lemos, mas não na mesma fluidez que o próprio idioma. Então, creio que esta seja uma dificuldade importante. A outra dificuldade importante é a seguinte - e com isso me vão odiar muita gente - há muito mais interesse que te leiam e te publiquem nos Estados Unidos, do que te leiam e te publiquem na Colômbia ou na Venezuela ou no Chile. E isso gera uma espécie de eixo referencial, no qual aparece nos Estados Unidos os *Latin Studies* como quase etnográficos. Certo? E isso dá a ele outra conotação, outro consumo, outro interesse e, eu diria, outra direcionalidade cognitiva. Quando escrevem em inglês ou traduzem em inglês, acontece tudo o que acontece com as traduções que dizíamos antes: há certa perda, há certo ganho, e é outra coisa. Então, eu creio que factualmente é muito difícil desvincular-se destes lugares de poder que te leem e te difundem, entre outras coisas, porque as categorizações nas universidades dependem de quanto publicaste e em que idioma, se publicaste em inglês vale mais, se publicaste em castelhano vale menos. Há todo um sistema complexo que, eu diria, quase atenta tacitamente contra a possibilidade de um diálogo mais ou menos aberto, frutífero, em "carne própria", digamos. Depois se constroem conceitos como "América Latina", como se fossemos homogêneos, que perdem de vista as especificidades, as particularidades, as questões que mais interessam a cada um em sua própria zona ou região.

Pergunta: Retornando às ideias de “Um Esboço...”, você propõe a categoria mestiçagem como possibilidade de uma identidade que una

as diversidades étnico-raciais na América Latina. Você poderia falar um pouco mais sobre a categoria?

MLF: É uma categoria que vem sendo muito estigmatizada pelos países anglófonos, onde inclusive é visto como um insulto. A ideia de mestiçagem se contrapõe à concepção de que há raças puras, o que é um absurdo. A raça pura é uma construção ideológica para controlar. Não há raças puras. Se nós pensamos que todas as populações nascem na África, se disseminam pelo mundo e olhamos a variedade que temos, sabemos que nenhuma raça permaneceu pura em nenhum lugar. Há mestiçagem, inclusive, de branco com branco. Ou de distintos grupos “negros” ou “orientais”. E são construções. Necessitamos construções teóricas para nos orientar na vida, para pensar nossas realidades. Porém, algumas construções teóricas são perigosas. Eu creio que a construção que gira em torno na ideia de pureza de raça, e que torna pejorativa a ideia de mestiçagem, é perigosa. E eu reivindico para mim e para a humanidade a ideia de mestiçagem. Que pode ser pensada numa perspectiva biológica, mas também cultural. Ou seja, ninguém “branco” no Brasil é igual ao branco nórdico. Há outra maneira de caminhar, de gesticular, de correr, outra língua, outra concepção de mundo que os rodeia. Eu reivindico fortemente a noção de mestiço como uma noção enriquecedora, uma noção que nos permite nos movermos dentro do que somos: um conjunto de variáveis que convergem de alguma maneira em cada um de nós, que nos constroem e que construímos. É uma reciprocidade. Pessoalmente entendo a mestiçagem como uma categoria útil, uma categoria importante e com a qual me identifico. Além disso, pensando nas cores da pele, por exemplo, um tema muito interessante. A primeira vez que fui ao México me gritaram “güera” e eu não sabia o que era, depois me explicaram que era loira, eu me olhei e pensei eu não sou loira. Depois fui à Alemanha e imediatamente me disseram “negra”. Então, eu pensei: “se definam!”. As cores são relativas e têm a ver com a ideal de cor pura, no qual pra ser branco tem que ser alto, o que não sou, tem que ser loiro, o que nunca fui, tem que ter olhos claros, que não possuo. Quer dizer há um parâmetro que nos mede e com o que nos medem. Para mim, a categoria de mestiça dá conta do que somos: uma mescla cultural, genética obviamente. Agora conhecemos a cadeia genética e seguramente temos genes de lugares muito diferentes, isso nos enriquece de todos os pontos de vista, culturalmente, para poder pensar melhor, para poder nos colocar melhor no lugar dos outros, para descobrir nossas necessidades e a dos demais. Inclusive, os que são mais

biologicistas, sabem que é melhor ter um *pool* de genes bem misturados, pois isso acrescenta as defesas e a capacidade de adaptação. Então, inclusive os biologicistas deveriam defender fortemente a categoria mestiçagem.

Pergunta: Dentro dos estudos feministas e de gênero, qual seria a potência teórico-prática da categoria mestiçagem?

MLF: Nos aceitarmos como somos, porque há algo que chamamos (de um ponto de vista mais ou menos kantiano) de heterodesignação, como nos designam os outros, e de autodesignação, como nós mesmos nos designamos. Se nós nos designamos como mestiços, o que fazemos é reverter a carga negativa, a carga discriminatória da noção de mestiço que nos heterodesigna desde um eixo de poder, seja desde uma construção de poder (tanto de conhecimento, quanto econômico) que vem dos centros hegemônicos de construção de saberes. Eu creio que autodefinirmo-nos e nos reconhecermos segundo uma autodefinição é muito importante, mas para isso temos que nos ver como somos. Nenhum país na América Latina é puro, para nossa sorte (risos). Reconhecer as diferenças que temos é um princípio para poder construir conjuntamente, porque me dou conta de quem é o Outro e o Outro de quem sou eu, de maneira que a cor da pele é incluída nesse reconhecimento, porém que isso não seja determinante do que eu penso do Outro ou da Outra - porque se não se torna racismo e, nesse ponto, podem se misturar ou interceptar um monte de preconceitos que, em muitos dos casos, são prejulgamentos e que também divide as mulheres. E aí entra, também, a classe, a etnia, a tradição cultural, a língua que se fala, a religião... E é muito complexo gerar afinidades e agendas comuns quando todos esses tipos de questões estão como um pano de fundo que não se fala e não se explicita, porque depois explodem. Então, é melhor falar sobre as diferenças, melhor torná-las tema, melhor dizer “somos mestiços e temos tais tradições, tais necessidades, tais coisas em comum, temos muitas diferenças, porém, para gerar acordos temos que achar pontos em comum”. E aí é onde me parece que há preconceitos que não se visibilizam e dos quais não queremos nos responsabilizar, porque é muito feio reconhecer que sou racista, classista ou sexista. Há uma autora que fala do “terceiro fantasmagórico”, que se trata de quando conheço alguém e antes de

conhecê-lo tenho um estereótipo a partir de altura, cor de olho, cabelo, pele, do idioma, do local de nascimento e essas questões interferem no conhecimento do outro. Enquanto não deixo isso de lado, não poderei realmente conhecê-lo.

Pergunta: Seria, então, a mestiçagem uma possibilidade de identidade que una as mulheres e, também, que evidencie as histórias locais?

MLF: Pessoalmente, eu gostaria da categoria mestiço como uma categoria formal na qual pode entrar qualquer um e na qual ninguém pode sair, porque todos somos mestiços de alguma maneira, certo? Quer dizer, mais que uma determinada forma de ser mestiço, o fato de que todos somos e, a partir daí, temos uma identidade; mas essa identidade tem que, ao meu modo de ver, entrelaçar com muitos outros aspectos. Não sei se entrelaçar é a palavra perfeita para isso ou a mais adequada, mas quer dizer entrelaçar com outras variáveis ou eixos: porque também há uma identidade sexual, uma identidade cultural, uma identidade com a língua, com a história do país, com o lugar onde há as raízes ou as tradições que são familiares. Quer dizer, há muitíssimos eixos que vão conformando o que nós somos e nós vamos agrupando com outras pessoas e eu acredito que o importante, o que me parece fundamental, é reconhecer nossas próprias limitações, nossas próprias limitações na hora que se estabelece diálogo com outras pessoas. Tem que haver um diálogo que, eu creio, em certa medida está avançando, porque se reconhece como uma necessidade, mas ainda existem muitas barreiras culturais e muitos preconceitos que bloqueiam ou pelo menos dificultam. É fundamental também gerar linguagem comum, quando dizemos tal coisa, o que dizemos? Quando dizemos mulheres, o que dizemos? E quando dizemos classe? Isso é algo que ou se ensina ou se impõem. E, a mim, ensinar e impor são dois níveis diferentes, um pode dar a conhecer, mas que os demais aceitem ou não é outra questão.

Pergunta: Quando você fala de entrelaçar múltiplos eixos ou variáveis, associamos com o conceito de interseccionalidade. Há alguma semelhança?

MLF: Esse conceito de interseccionalidade é um conceito que nasce, creio que fundamentalmente, no que se denomina pensamento andino. E é claro que nada é uma única coisa, é claro que todos geramos nossas identidades pessoais a partir da maneira como vamos nos construindo segundo as exigências do meio, as heranças do meio, as necessidades do meio, as necessidades próprias. Isto, como diz Butler, é uma construção de ida e volta, é singular, mas é coletiva, não a faço sozinha, tenho os limites e as possibilidades de ida e volta com os outros. Mais que pensar, tridimensionalmente, em um "eu" em que se cruzam variáveis, o que posso pensar é que cada um de nós assimila, aceita e rechaça distintos modos de ser, que têm a ver com distintos aspectos nossos, seja de caráter, de herança, cultural, aceitação do corpo, aceitação da classe social, de um conjunto de ideias ou ideais com os quais queremos nos mover na vida e que, geralmente, são éticos - podem ser mais altruístas, menos altruístas, mais pessoais, mais individuais, mais coletivos. E aí eu vou me construindo e, claro, de alguma maneira, intersecto um montão de variáveis que enumero e muitas outras das quais não me dou conta, mas que de alguma maneira me constituem. Então, a mim parece que é interessante. Porque não é uma mera somatória, ou seja, ninguém é uma mera somatória, somos muito mais que uma mera somatória. Então, há aí uma elaboração singular de cada quem, de um conjunto de variáveis, vamos chamá-los de alguma maneira de feições, de aspectos, de herança, de cultura, de necessidades individuais e coletivas a partir das quais nos vamos conformar. Isso me parece importante. É uma dimensão psicológica, mas também uma dimensão social; são as duas coisas ao mesmo tempo.

Pergunta: A categoria mestiçagem seria uma proposta teórico-política?

MLF: Sim, eu creio que sim. É teórica, como categoria compreensiva, e política, como reconhecimento de fato, de que somos países mestiços.

Pergunta: E a partir disso poderíamos ser solidárias?

MLF: Eu creio que sim. Reconhecer-nos todas e todos os que vivemos na América Latina (eu creio que no resto do mundo também, mas não me meto) como populações mestiças é uma maneira de romper com essa tensão de "brancos", "negros", "aborígenes". Tensões que não nos beneficiam, mas sim beneficiam terceiros.

Pergunta: No Brasil, essas tensões são perceptíveis entre grupos que se pautam numa concepção identitária e numa discussão de privilégios sociais. Como você enxerga essas tensões?

MLF: Temos que ter consciência dos privilégios, inclusive dos que não pedimos, porque nascemos numa classe que pode ser média ou alta e isso pode ser um privilégio. Mas isso não é uma eleição, como tampouco elegemos nem altura, nem cor do cabelo, nem cor de pele, nem a religião da família na qual nos formamos. Então, isso de alguma maneira já nos vem dado. E entender aquilo que pode ser considerado um privilégio em uma situação social dada e que obtivemos esse privilégio sem esforço algum, também é se colocar no lugar de dialogar com o outro ou a outra. Há textos nos quais afirmam: eu não tenho capacidade de falar com a neta de um escravista. Sim, deve ser algo espantoso, penso eu, porém, a neta do escravista é responsável pelo o que pensa agora, não é responsável pelo que foi seu avô. Eu tenho que me pensar como uma pessoa no agora e descobrir de que maneira podemos favorecer o diálogo, porque se não o diálogo se bloqueia e então isso para as mulheres é dividir para governar. Quer dizer, para quem governar? Os que sempre têm tido o poder. Me parece que nos falta ainda na América Latina, que é o que mais me preocupa, muitos preconceitos para esclarecer, para colocar sobre a mesa e falar. E isso é muito difícil.

Pergunta: Dentro desse processo global de conservadorismo no qual estamos perdendo direitos, tem desafio para todo mundo, para as mulheres... Mas quais seriam as especificidades para o contexto da América Latina?

MLF: Bom, aí se contam, creio eu, coisas muito fortes que se relacionam com o problema econômico. Gerar processos igualitários

para as mulheres implica muito dinheiro, e se tudo se torna paupérrimo, isto é, se vai deteriorando a capacidade econômica de homens e mulheres, pouco dinheiro se vai destinar para reverter a situação de pobreza das mulheres, porque também vai entrar em um processo de pauperização os homens, aonde as mulheres - porque em geral temos redes solidárias muito mais fortes - são as que, paradoxalmente, se tornam sustentadoras do lar. Então, essas situações são situações de fato que são muito difíceis de suportar e muito difíceis se o processo econômico da globalização segue expulsando para as margens determinados países e concentrando poder em alguns outros. Obviamente isso vai prejudicar homens e mulheres, e as mulheres vão carregar duplamente o mandato da subsistência, porque essas redes de mulheres para a subsistência são muito mais sólidas que as dos homens, isso está provado em toda época de crise. O tema é que para as mulheres se torna muitíssimo mais complicado lutar em tantas frentes ao mesmo tempo em situações de precariedade econômica. Bom, eu quero ser otimista e espero que isto, em primeiro lugar, se detenha e, em segundo lugar, pouco a pouco se reverta, porque neste momento o que vejo é uma situação política fortemente frágil em geral, e frágil para as mulheres em particular. Estou aqui pensando, inclusive, em todo o continente. Sabemos positivamente que a migração de mulheres para a Europa, sobretudo as mulheres andinas à Europa, é uma migração para sustentar suas famílias na América Latina. Então, se se começa a frear a imigração, se se começa a enviar de volta grupos, famílias, inclusive, onde digam: “não há crianças que nasceram aqui na América do Norte”, que tenha que ir a mulher, o homem, ou ambos, e esta criança fica para o Estado, isso é um descalabro com consequências impensadas, realmente, que leva a sair a defender liberdades em frentes que já excedem mesmo os direitos das mulheres. Então a situação se torna muito complexa se eu pego a imagem pontual deste momento e projeto dentro destas variáveis. Mas é de confiar que haja uma sorte de reversão dessas imagens e podemos encontrar-nos em que as mulheres podem seguir sendo sustentadoras, mas, além, reconhecendo seus direitos, suas possibilidades e a ampliação desses direitos e dessas possibilidades, que é um desafio forte.

Pergunta: E pensando neste momento global, traduzindo para a nossa realidade, nós estaríamos nesses últimos anos em novo momento do feminismo?

MLF: Eu creio que sim, estamos em um momento em que temos que defender as conquistas que temos alcançado. Embora isso fique desprestigiado como "etapa de meseta", não ir para trás, não permitir que voltem de novo a recompor-se os fatores de poder fluentes de 20 anos atrás, não é pouco mérito para nós numa situação mundial, de globalização, que claramente quer reconduzir mulheres e homens de países não hegemônicos a lugares de serviço de segunda. Então, me parece que se estamos entrando em algo, me parece que é uma saudável perda de ingenuidade, de que mais do que obter formalmente é necessário obter praticamente ou politicamente. São dois níveis. Estamos em processos democráticos, afortunadamente, que creio que devemos defender, esse é um ponto que coloca todo o feminismo em uma linha muito fina, quase uma espécie de fio, como equilibristas. Nesse momento nos encontramos como algo que se repete na maioria dos países: períodos de conquistas ou de avanços para as mulheres e que, de repente, nos damos conta que há um freio, ou seja, até aqui chegamos e aqui começamos retroceder. Então, me parece que há duas questões: por um lado, a questão fática, empírica, histórica, política e social; por outro lado, nenhuma das mulheres que se dão conta em algum momento que têm direitos e que podem reclamar por eles creio que estão dispostas a rescindi-los facilmente. Aí há uma frente de ação muito forte e, isso sim, também une bastante a toda a América Latina (para o bem ou para o mal). É aí que nos damos conta da diferença enorme que há entre a enunciação de direitos, a sanção legislativa dos direitos e as possibilidades práticas ou pragmáticas ou histórico-sociais de usufruirmos todas e cada uma das mulheres [desses direitos]. Há aí uma distância enorme que é a distância das políticas públicas e até onde chegam, até onde podem chegar, até onde os poderes hegemônicos estão dispostos que cheguem e que sejam sustentados. Para as mulheres é um direito, mas para alguns gestores é simplesmente um gasto que não estão dispostos a pagar. Então isso abre uma etapa, creio eu, muito complicada e muito difícil, porque em algum momento se teve o que eu chamo de "otimismo ingênuo". Sancionamos a lei, saímos à rua, reclamamos e pronto: "isto é irreversível". Porém, quando estudamos a história das mulheres, nos damos conta que muitas vezes essa conquista se reverteu e muitas vezes, foi por persuasão ou pela força. Temos que estar em alerta: não é porque o passado foi pior que o futuro será melhor. O que há são idas e retrocessos. Quer dizer, é uma questão mais dialética, mais

complexa, e temos que ficar alertas. Não é porque foi sancionado e garantido os direitos que nós merecemos, que de fato eles vão se cumprir. Temos que estar em um estado de alerta para percebermos por onde estamos perdendo terreno. Assim como o gênero se desconstrói também se reconstrói estereotipadamente, devido a outros setores de poder que não são os nossos. Enquanto mulheres, em geral, nós não somos quem manejamos os fios do poder, mesmo que tenhamos uma presidenta ou que tivemos uma presidenta, as estruturas seguem sendo ainda fortemente patriarcais, isso em toda a América Latina e, inclusive, me atrevo a dizer que também na Europa. Mas me preocupa mais aqui. Eu vejo que temos que estar, com mais clareza que nunca, em estado de alerta e nos darmos conta por onde estão se cercando os direitos das mulheres e as liberdades das mulheres. Um ponto será o trabalho e o emprego, algo do que vocês estavam falando há uns minutos, um ponto nevrálgico.

Agradecemos à professora pela oportunidade desse diálogo sobre temas tão importantes para as teorias e movimentos feministas na contemporaneidade.

Referências Bibliográficas

COSTA, Claudia de Lima. As teorias feministas nas Américas e as políticas transnacionais de tradução. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.8, n. 2, p.43-49, 2000.

COSTA, Cláudia de Lima. Feminismo, tradução cultural e a descolonização do saber. *Fragmentos*, Florianópolis, n. 21, n. 2, p. 45-59, jul-dez/2010.

COSTA, Claudia de Lima. Feminismo e tradução cultural: sobre a colonialidade do gênero e a descolonização do saber. *Portuguese Cultural Studies*, 4, p. 41-65, Fall, 2012.

COSTA, Claudia de Lima; ALVAREZ, Sonia. A circulação das teorias feministas e os desafios da tradução. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 21, v. 2, p. 579-586, maio-agosto/2013.

FEMENÍAS, María Luísa. Esbozo de un Feminismo Latinoamericano. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 01, p. 11-25, Jan.-Abr. de 2007.

PASINATO, Wânia. Oito anos de Lei Maria da Penha. entre avanços, obstáculos e desafios. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 533-545, maio-agosto/2015.

PINTO, Célia R. J. Feminismo, história e poder. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.